



O SACRAMENTO DA ORDEM SEGUNDO A "CONSTITUIÇÃO DIVINA" DA IGREJA

*Prof. Dr. Peter Knauer, SJ**

Resumo: O ministério ordenado na Igreja é a expressão institucional e, em última consequência, "imperdível" (Vat. II, LG 27,2) pelo fato de que, não somente para cada fiel singular, a fé "provém do ouvir" (Rm 10,17), mas de que a comunidade como um todo não produz a fé por conta própria, e sim, a recebe transmitida. Os ministros ordenados agem "in persona Christi capitis" (PO 2,31) em face da comunidade como um todo; no entanto, cada fiel singular, na transmissão da fé, sempre age também "in persona Christi". A verdade da mensagem a ser transmitida não depende de condições como o gênero do anunciador. Como afirmações de fé apenas são consideradas afirmações que permitem ser entendidas como autocomunicação de Deus, a afirmação de que mulheres não podem ser ordenadas sacerdotisas não pode ser entendida dessa maneira; portanto, é certo que não possa ser reclamada infalibilidade para essa afirmação.

Palavras-chave: Ministério ordenado; transmissão da fé; ordenação de mulheres.

Abstract: The ordinate ministry on Church is the institutional expression and, in last consequence, "imperdible" (Vat II, LG 27,2) because, not only for each singular faithful, "faith comes from hearing" (Rm 10, 17), but also that the community as a totality doesn't produce the faith by themselves, but yes, receive it transmitted. The ordinate ministries act "in persona Christi capitis" (PO 2,31) in face of the community as a totality; however, each singular faithful, in the faith's transmission, ever acts also "in persona Christi". The truth of the message for being transmitted doesn't depend of conditions as the gender of the announcer. As faith affirmations only are considered affirmations that permit being understood as autocommunication of God, the affirmation that women can't be ordained priest can't be understood of this way; then, it's right that it can't be reclaimed infallibility for this affirmation.

Keywords: Ordained ministry; Transmission of faith; Women's ordain.

¹ Concílio Vaticano II, Decreto sobre o ministério e a vida dos presbíteros, *Presbyterium Ordinis* [PO], nº 2,3.

Introdução

No escrito apostólico, publicado pelo papa João Paulo II em pentecostes de 1994, “*Ordinatio Sacerdotalis*”, consta no final: “Portanto, para que seja excluída qualquer dúvida em assunto da máxima importância, que pertence à própria constituição divina da Igreja, em virtude do meu ministério de confirmar os irmãos (cf. Lc 22,32), declaro que a Igreja não tem absolutamente a faculdade de conferir a ordenação sacerdotal às mulheres, e que esta sentença deve ser considerada como definitiva por todos os fiéis da Igreja”.²

Também a Congregação romana para a Doutrina da Fé reafirmou num pronunciamento em 18 de novembro de 1995 a doutrina segundo a qual a Igreja não tem poder de admitir mulheres à ordenação sacerdotal. Essa doutrina exigia um consentimento definitivo porque teria sido apresentada “infallivelmente” pelo Magistério ordinário e universal. Essa doutrina pertenceria ao depósito da fé, à medida de que se baseava na palavra escrita de Deus e tinha sido continuamente preservada e aplicada na Tradição da Igreja desde o início.

Por último, em 18 de maio de 1998, o papa João Paulo II assinou o *Motu Proprio* “*Ad tuendam fidem*”. Em seu comentário oficial, o então Cardeal Ratzinger alega que também a “proclamação doutrinária sobre a ordenação sacerdotal, reservada somente aos homens”, enquadrar-se-ia naquelas concepções “definitivas” sendo que agora pode ser ameaçado de sanção quem divergir delas. Contudo, é de perguntar-se se a ameaça de sanções pode ser benéfica enquanto não conseguir-se responder, em conteúdo, a todas as objeções e se, em seguida, tal ameaça de sanções ainda seria necessária.

Ainda que se presuma de que essa proclamação doutrinária seja definitiva, resta à teologia a tarefa de examinar as razões e, caso possam ser comprovadas como insuficientes, procurar razões melhores.

A doutrina da ordenação sacerdotal reservada somente aos homens, apesar de sempre de novo ser reforçada por Roma, a muitos ainda, e cada vez mais, parece altamente problemática, mesmo depois do decorrer de vários anos. Olhando mais de perto, todas as razões aduzidas são menos convincentes do que possa parecer à primeira vista. Parece

² [Nota do tradutor:] Citado do site da Santa Sé. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_22051994_ordinatio-sacerdotalis_po.html>. Acesso em: 11 jan. 2011.

permanecer obscuro, sobretudo em que sentido pode-se referir à “palavra de Deus” e o que mesmo há de ser entendido por esse termo, “palavra de Deus”. Pois não se pode entendê-lo num sentido meramente formal, segundo o qual a “palavra de Deus” pode ter conteúdos quaisquer que se relacionam umas com as outras de forma puramente aditiva. Caso se quisesse entender, mesmo assim, o termo “palavra de Deus” dessa maneira, então, na época de Galileu Galilei, p.ex., poder-se-ia ter argumentado igualmente que haveria de ser presumido infalivelmente de que o sol girasse em torno da terra. Estaria “contido na palavra de Deus” e a Igreja, desde o início, o “teria crido continuamente”. Com isso, porém, ter-se-ia ignorado em grande escala tanto o sentido de “palavra de Deus” quanto o de “crer”.

Em que sentido nós falamos de “palavra de Deus”?

Na disputa até agora, primordialmente, tratava-se da questão com que evidência a vontade de Cristo mencionada pelo papa estaria realmente testemunhada na Sagrada Escritura. Sobre isso, assim parece, pode-se brigar sem fim. Há diversas “expressões de vontade” de Cristo incomparavelmente mais evidentes, p.ex., que não se deve jurar (Mt 5,34), que ninguém deve chamar-se de “pai” ou “mestre” (Mt 22,9s) e muitos outros. Mesmo assim, na Igreja de hoje, na radicalidade com a qual são formuladas, não são consideradas obrigatórias. Como pode ser explicada e entendida essa prática obviamente diferente de recepção? É suficiente alegar que, num caso, à ancoragem na Escritura acrescenta-se a correspondente recepção na Tradição? Nesse caso, a Escritura ainda seria entendida como “palavra de Deus” no sentido de sua autocomunicação?

A infinidade da discussão tem sua razão na carência de um critério objetivo. Por isso não se pode encerrar a discussão com uma palavra autoritarista. Há de ser respondida a pergunta fundamental subjacente: em que sentido a Sagrada Escritura usufrui de autoridade? Em que sentido ela é palavra de Deus? O que exatamente é palavra de Deus?

As seguintes considerações partem do fato de que como palavra de Deus, em sentido estrito, pode ser entendida somente a autocomunicação de Deus na palavra humana da transmissão da fé. Palavra de Deus em sentido estrito é a transmissão atual da fé que pode remeter-se ao seu testemunho originário na Sagrada Escritura. Em cima desse fundamento também se baseia a autoridade do ministério ordenado?

O papa tem a tarefa de fortalecer suas irmãs e seus irmãos na fé. Infelizmente permanece não esclarecido, nos pronunciamentos oficiais da Igreja católica, quais os critérios, não somente formais e sim materiais, que ele [o papa] mesmo há de seguir quando se remete à sua autoridade ministerial, isto é, à sua tarefa de fortalecer seus irmãos na fé. Pois nisso não se pode tratar apenas de uma, por assim dizer, sensação subjetiva de ter razão com sua própria interpretação da Sagrada Escritura.

Para o exercício de uma autoridade magisterial infalível, segundo o dogma da infalibilidade do papa do Vaticano I (DH 3074), é condição prévia de que se trate de afirmações no âmbito “da fé e dos costumes”. Essa expressão tem sido precisada em LG 25,13 no sentido de que se trate da “fé a ser crida e sua aplicação aos costumes”.

A própria fé é um conhecimento que é o estar repleto do Espírito Santo e no qual se trata de nossa comunhão com Deus. Esta somente pode ser entendida como o ser acolhido no amor do Pai ao Filho. “Aplicação da fé aos costumes” significa, portanto: com relação aos costumes é ensinado a ser crido infalivelmente que apenas tais obras podem ser boas diante de Deus que emergem da comunhão com ele. As normas morais enquanto tais, ao contrário, não podem ser cridas, mas enquanto “lei moral natural” são objeto de conhecimento da razão.

Já de acordo com a doutrina do Vaticano I, conhecimento da fé e da razão diferenciam-se não somente no princípio de conhecimento, mas também no objeto (DH 3015). O que pode ser conhecido pela razão, por isso, não pode tornar-se objeto de fé; e, inversamente, um objeto de fé também não pode transgredir a um objeto de razão, nem pode ser objeto de razão e de fé ao mesmo tempo.

Somente pode ser objeto da infalibilidade da fé o que permite ser entendido como autocomunicação de Deus. Em contrapartida, tudo que é diferente de Deus é “mundo” e enquanto tal apenas objeto da razão. Razão é a capacidade do pensar cuidadoso e responsável em disposição para a disputa crítica com qualquer pessoa.

De acordo com a doutrina da Igreja, a infalibilidade da fé e de sua interpretação pelo papa refere-se somente à própria fé e sua aplicação aos costumes. Por isso, não é verdade que outras coisas possam ser ensinadas com a infalibilidade da fé ou serem objeto da tradição de fé senão a autocomunicação de Deus somente. Além das verdades de fé

³ Concílio Vaticano II, Constituição dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium* [LG], nº 25,1.

propriamente ditas, é possível existirem verdades de razão que são ensinadas como “definitivas” pela Igreja porque são pressupostas pela fé e porque sem elas a fé não poderia ter consistência. No entanto, permanecem verdades de razão e não poderão tornar-se verdades de fé.

Assim, p.ex., nosso próprio ser criado é verdade da razão. Nosso ser criado é idêntico a nosso ser; pois somos criados justamente à medida que existimos. Isso pode ser conhecido pela razão e, de acordo com DH 3015, não pode ser objeto de fé. Somente o “em Cristo” de nosso ser criado é objeto da fé. Esse nosso ser agraciado não tem sua medida no mundo senão no Filho e por isso não é legível no mundo, mas é revelado somente pela palavra, somente à luz da fé.

Também a humanidade de Jesus não é objeto de fé e sim de razão. O fato de que Jesus de Nazaré viveu é objeto do saber histórico, tanto quanto a existência da mensagem que dele parte.

Em contrapartida, a verdade de sua mensagem só pode ser crida naquela fé que é o estar repleto do Espírito Santo. O mesmo se dá com relação à filiação divina de Jesus. Cremos com relação a esse ser humano histórico Jesus de Nazaré que ele seja Filho de Deus. Crer em sua filiação divina significa, por causa de sua palavra, saber-se acolhido no amor do Pai a ele. Assim não precisamos mais nos deixar levar pelo medo por nós próprios que senão nos faz sempre de novo comportarmos-nos desumanamente. Para nos comunicar esse participar de sua relação com o Pai, o Filho de Deus assumiu nossa natureza humana.

Por isso, com toda razão, em uma tradição ininterrupta desde seus inícios até hoje, a Igreja sempre falou da “enumanização” do Filho de Deus e não de seu fazer-se varão. O Filho de Deus se fez ser humano para nos testemunhar, em palavra humana e com a sua vida, que na fé participamos de sua relação com o Pai e assim somos amparados em Deus. Por essa mensagem deu a sua vida. O amor de Deus, testemunhado por Jesus e tendo vindo ao caso em sua palavra, vale para todos os seres humanos, sem exceção. A existência toda de cada ser humano é acolhida na comunhão com Deus; mesmo assim, essa não tem sua medida em alguma qualidade criada.

Toda a fé resume-se em nosso participar da relação de Jesus com Deus e, com isso, em nosso estar repleto do Espírito Santo. Tudo que cremos há de poder ser reconduzido a essa afirmação fundamental. Nada a menos e nada a mais pode ser objeto de fé.

Para a verdade da palavra, o gênero do proclamador é irrelevante

O amor de Deus para com o mundo, proclamado na mensagem cristã, não tem, fundamentalmente, sua medida no mundo. Ao contrário, antes é o amor eterno do Pai ao Filho no qual já fomos criados. Tal amparo na comunhão com Deus não se pode ler no mundo, mas se pode apenas experimentá-lo em forma de palavra. Por essa razão, o agir salvífico de Deus para conosco acontece em forma de palavra. Inclusive os sacramentos efetuam-se por causa da palavra a eles vinculada; eles são sinais da palavra de Deus acolhida. Para a verdade da palavra, porém, características do locutor tais como gênero, cor dos olhos ou tamanho não têm importância alguma.

Nenhuma qualidade criada pode ser suficiente para constituir comunhão com Deus. O fato de que Deus dirige-se ao mundo apenas pode ser entendido de tal maneira que o mundo seja acolhido numa relação de Deus com Deus, do Pai ao Filho. O amor de Deus ao mundo não tem sua medida no mundo, nem sequer no ser humano de Jesus.

No catecismo da Igreja católica, entretanto, afirma-se: “Assim, em sua alma como em seu corpo, Cristo exprime humanamente os modos divinos de agir da Trindade” (nº 4704). Mas essa afirmação seria problemática se pretendesse significar legibilidade em sentido direto. Não se pode enxergar em Jesus a filiação divina e sua relação com o Pai, mas ambas se pode crer somente por causa de sua palavra. Senão, os príncipes deste mundo poderiam ter “visto” a filiação divina e não o teriam crucificado (cf. 1Cor 2,8). Na verdade, a filiação divina de Jesus é conhecida somente no Espírito Santo. “Ninguém pode dizer ‘Jesus é o Senhor’ senão no Espírito Santo” (1Cor 12,3). Ela não pode ser “lida” em suas características terrenas.

Igualmente suspeito de mal-entendido é o que o Catecismo continua escrevendo mais adiante: “Com efeito, as particularidades individuais do corpo de Cristo exprimem a pessoa divina do Filho de Deus” (nº 477). Contudo, de antemão, quase nenhuma particularidade individual e corpórea de Jesus nos é transmitida nos Evangelhos. Nem conhecemos seu tamanho, nem sua cor dos olhos, nem a da pele; nem sequer sabemos exatamente qual sua idade na hora de sua morte na cruz. Dever-se-ia afirmar que fatos decisivos não foram transmitidos para a fé? Para o conhecimento da verdade daquilo pelo que Jesus foi enviado,

⁴ [Nota do tradutor:] Citado do site da Santa Sé:
<http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p1s2cap2_422-682_po.html>. Acesso em: 11 jan. 2011.

todas essas características são sem importância. Da mesma forma não faz diferença para a verdade de sua mensagem o fato de que era varão.

Na fé em Jesus Cristo não se trata das “características individuais de seu corpo”, mas de saber-se acolhido em sua relação com o Pai por causa de sua palavra vindo a ser encontrada de forma histórica e até sensível e, com isso, corporal. Essa palavra vem ao encontro do anúncio hodierno da fé, portanto, onde quer que a fé em Jesus Cristo seja transmitida. Somente nisso, no fato de que ele é o autor daquela fé que é o participar de sua relação com Deus, encontra-se resumida toda a importância histórica de Jesus para a fé.

Ao argumento, na visão da Congregação de Fé, basilar, de que Jesus teria chamado como apóstolos apenas varões, haver-se-ia de responder que também só escolheu hebreus. No entanto, disso nada segue para a fé como já mostrou a disputa da Igreja primitiva pelo batismo de gentios-cristãos.

Tampouco se trata na fala da paternidade de Deus e na da filiação divina de Jesus de “masculinidade”. O grande símbolo de fé afirma do Filho de Deus que é “gerado” do Pai antes dos tempos. A Sagrada Escritura, mediante o conceito da misericórdia, atribui a Deus um compadecer-se maternal (hebr. *Rachamim* = o útero, o colo de mãe). Como testemunhado por muitos autores no passado, não se pode dizer, de forma alguma, que a Bíblia utiliza apenas atributos masculinos para designar a paternidade de Deus.

Já em 15 de outubro de 1976, a Congregação de Fé havia escrito em sua declaração “Inter insigniores” a respeito da questão da impossibilidade de ordenar mulheres: “Contudo, a palavra encarnada é masculina; tal circunstância baseia-se no fato de que não pode ser separada do plano salvífico, sem que ela trouxesse posição preferencial do varão perante a mulher: pois o fato está de acordo com o plano todo de Deus – tal como foi revelado por Deus –, cujo cerne é o mistério da aliança” (DH 4061). Porém, o mistério da aliança consiste justamente no fato de que nós seres humanos temos comunhão com Deus de tal maneira que ela não possa ser constituída por nenhuma qualidade criada. A virilidade de Jesus não é, de forma alguma, constitutiva para o mistério da aliança que consiste em Deus acolher-nos com um amor no qual este está voltado àquele desde toda eternidade. Por isso, o mistério próprio da Igreja consiste no fato de que o Espírito Santo é o mesmo em Cristo e nos cristãos (cf. LG 7,7: “um e o mesmo na cabeça e nos membros”). Só que isso é indiferente quanto ao gênero. O que não pode ser separado do

plano salvífico de Deus é que homens e mulheres têm comunhão com Deus; mas, nem por isso, de modo algum, essa comunhão depende de seu ser homem ou mulher.

O ministério ordenado representa que a fé de todos juntos ainda provém do ouvir

Com relação às exigências para o sacerdócio ministerial há de argumentar-se a partir da essência do mesmo, tal como se dá a partir da intelecção de que Deus age em nós em forma de palavra. A Igreja é o evento contínuo da transmissão da palavra de Deus e isso pertence a sua “constituição divina”. Segundo essa constituição, em que consiste a estrutura básica do ministério [ordenado] na Igreja que, de acordo com LG 27,2, está unida a Jesus Cristo de tal modo que ela é “imperdível”?

Todos os cristãos são encarregados de transmitir a boa palavra de Deus. Desde já, isso sempre acontece na autoridade de Cristo. Diante disso, o sacerdócio ministerial é fundamentado assim: há de poder tornar-se visível que a fé de todos juntos não é produzida por conta própria deles, mas ainda provém, como a fé de cada fiel singular, do ouvir. Para que se torne visível ao máximo possível que a fé de todos juntos é uma fé transmitida, na Igreja católica, o ministério especial é transmitido pelos ministros ordenados anteriores. Eles agem “na autoridade de Cristo enquanto cabeça”.

Todo cristão age “na autoridade de Cristo” quando transmite a fé. Em contrapartida, os ministros ordenados agem “na autoridade de Cristo enquanto cabeça” (PO 2,3), à medida que proclamam a palavra perante toda a comunidade como o “corpo”. Mas nem eles representam Jesus de Nazaré em sua virilidade, mas na verdade de sua mensagem, de que nós somos acolhidos no amor do Pai a ele [o Filho] podendo saber-se, assim, incondicionalmente e seguramente amados por Deus.

O ministério especial na Igreja, transmitida pela ordenação, difere-se do sacerdócio comum de todos os fiéis não segundo o grau, mas segundo a essência (LG 10,2). Contrário ao que se parece pensar frequentemente, com isso não se designa uma diferença meramente gradual, mas, justamente ao contrário disso, significa que o serviço à fé não é o mesmo que a própria fé. Pois uma diferença essencial não pode ser, ao mesmo tempo, uma diferença gradual. Por essa razão, uma diferença meramente gradual entre sacerdócio régio de todos os cristãos e do sacerdócio ministerial é descartada.

Uma vez, escutei um bispo francês caracterizar seu ministério com essas palavras: “Faire circuler la Parole”. Se os ministros ordenados conseguirem contribuir para que os fiéis digam falem de uns aos outros a fé, aí sim, a Igreja florescerá. Do contrário, onde os ministros ordenados monopolizam para si mesmos a palavra de Deus, a Igreja murcha.

Com relação a si mesmos, também os ministros ordenados precisam do serviço de outros; p.ex., nem mesmo o papa pode dar a si mesmo a absolvição de seus pecados. Ninguém é sacerdote para si próprio.

Em todas essas afirmações fundamentais sobre o sacerdócio ministerial nada se diz sobre a exigência de uma pertença a determinado gênero. Longe de uma proibição da ordenação de mulheres ser fundamentada na Escritura (para tal não há referências bíblicas), Paulo, antes, ensina explicitamente: “Não há judeu nem grego, não escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gl 3,28). Jesus não enviou apenas homens, mas também, p.ex., Maria Madalena por tê-la encarregado da mensagem da ressurreição aos seus irmãos (Jo 20,17). Quando a envia para dizer aos seus irmãos que ele vai a seu Pai e ao Pai deles, a seu Deus e ao Deus deles, então, ele não pretende distinguir o relacionamento dos cristãos com Deus de seu próprio relacionamento com Deus. Muito pelo contrário, ele quer pô-los num só relacionamento. No texto original consta (em diferença ao que insinua a tradução ecumênica alemã) a palavra pela preposição “a” uma só vez. Os seres humanos são acolhidos em sua relação com o Pai.

Gênero, raça, pertença a classes sociais e origem são irrelevantes para a fé. A verdade da palavra de Deus definitivamente não depende do sexo masculino do anunciador.

A fé não se compõe de forma aditiva

Devido às inclarezas descritas, a explicação da Congregação de Fé poderia suscitar a impressão de que a fé estaria composta de uma multiplicidade de afirmações singulares a serem adicionadas uma a outra. A rigor, essas não estariam intrinsecamente vinculadas com necessidade uma a outra num só contexto e, por isso, todas elas teriam que ser colecionadas uma por uma até que se tivesse juntado finalmente a fé “completa”, supostamente “ortodoxa”. Mas isso seria, de fato, uma compreensão de fé muito problemática porque roubaria à fé sua

confiabilidade total e sua força redentora. Cada cristão singular teria que permanentemente temer não ter adotado a fé toda em sua integridade.

No entanto, a fé cristã não é um todo composto de muitas partes, mas todas as afirmações singulares sempre podem ser apenas o desdobramento de um só e o mesmo mistério fundamental, a saber, que Deus nos outorga comunhão com ele. Nós somos acolhidos no amor do Pai ao Filho o que experimentamos pela encarnação do Filho; a fé mesma é o manifesto estar repleto do Espírito Santo quem une os cristãos a Cristo e entre si.

Não é possível “reduzir” tal fé; o temor de uma redução da fé parte de pressupostos inadequados. Ao contrário, vale dizer que todas as afirmações compreensíveis como afirmações de fé implicam-se mutuamente. Pois elas apenas são o desdobramento de um e o mesmo mistério fundamental de nossa comunhão com Deus. Em tal compreensão, a fé estaria protegida de “reduções” de antemão.

Uma compreensão apenas aditiva de verdades de fé traria consigo consequências bastante preocupantes para a certeza de fé tal qual, caso se queira, para isso, tomar como exemplar a impossibilidade da ordenação sacerdotal para mulheres.

Nessa compreensão falsa, a infalibilidade apenas teria a sensação subjetiva do papa, de ter razão com sua respectiva opinião, como garantia última. Uma afirmação de Paulo VI, anterior à sua encíclica “*Humane vitae*” a respeito da anticoncepção, demonstra que o receio de tal mal-entendido não é à toa. Ele declarava que as normas anteriores continuariam em vigor “ao menos enquanto não nos sentirmos obrigados, em nossa consciência, de mudá-las” (AAS 56 [1964] 588s). Isso seria puro subjetivismo. Isso não se pode querer dizer com o carisma da infalibilidade. Também não pode ser o sentido da infalibilidade de que papas posteriores não se sentem comprometidos com afirmações de seus antecessores as quais emergiram dessa maneira.

Em que consiste a infalibilidade da fé?

Na realidade, a infalibilidade de toda a proclamação de fé consiste em que na palavra mesma que transmite a fé acontece de que ela fala, a saber, a dedicação amorosa de Deus a nós seres humanos. Por isso, essa palavra está repleta do Espírito; por essa razão, se for verdadeira, só pode sê-lo no sentido bem preciso “a partir de si mesma”, quer dizer, por causa da identidade nela inerente de evento e conteúdo e não apenas

“por causa do consentimento da Igreja”. Nenhuma outra palavra senão a da fé pode ser entendida como autocomunicação de Deus. Em contrapartida, para todas as afirmações compreensíveis unicamente como afirmações de fé, por isso mesmo, há de exigir-se “infallibilidade”, independentemente de se foram ou não expressamente definidas.

A fé em Jesus Cristo como o Filho amado de Deus é igualmente confiável quando uma mãe transmite essa fé ao seu filho do que quando o papa mesmo a proclama. A mensagem cristã somente é conhecida como palavra de Deus na fé da Igreja (o “assensus” da Igreja não lhe pode faltar [LG 25,3]), mas ela não é constituída palavra de Deus pela fé da Igreja (portanto, ela tem seu caráter de palavra de Deus “non ex consensu ecclesiae” [ibid. e já Vat. I, DH 3074]). Toda infalibilidade eclesial tem sua razão no fato de que a mensagem cristã fala de algo que nela mesma acontece. Somente assim ela é compreensível como autocomunicação de Deus.

Se, p.ex., o Vaticano II formulou numa frase subordinada, quase que de passagem, o Espírito Santo é um e o mesmo na cabeça e nos membros (LG 7,7), obviamente, então, trata-se de uma afirmação que não pode ser compreendida doutro modo senão como sendo infalível, mesmo se não tenha sido definida propriamente como tal.

No entanto, a afirmação, defendida pela Congregação de fé como afirmação de fé, de que mulheres não podem ser ordenadas, vista mais de perto, parece não ser compreensível, de forma alguma, como afirmação de fé no sentido da autocomunicação de Deus. Nem mesmo com toda boa vontade não se consegue entendê-la como autocomunicação de Deus, portanto, como uma palavra na qual Deus mesmo doa-se a si mesmo ao nosso coração. Por isso ela não pode ser entendida como infalível no sentido da fé; e também não é possível revesti-la posteriormente de tal qualidade por meio de definição. Ainda que uma afirmação não compreensível como afirmação de fé fosse definida de forma puramente formal, não obstante, continuaria incompreensível como afirmação de fé. Por meio da definição, não teria surgido uma afirmação falsa de fé, mas ela sequer teria algum conteúdo de fé compreensível. Ela apenas poderia ser entendida como mera palavra humana, jamais como palavra da fé. De modo semelhante, Pedro, uma vez, com pretensa piedade (“Deus não o permita, Senhor!”), recusou a cruz (cf. Mt 16,22); contudo, ele precisava converter-se dessa opinião.

Por essa razão, seria urgentemente desejável que, por causa da pureza da fé e em função de sua compreensibilidade, desse-se conta mais

claramente dos critérios da infalibilidade e os denominasse publicamente. Inclusive o papa e a Congregação romana da doutrina da fé não dispõem de outra fonte de conhecimento para a fé do que a Igreja toda.

Sem esses critérios, também o papa sempre correria risco de ser instrumentalizado como porta-voz de pensamentos pretensamente piedosos, mas de fato meramente humanos (cf. Mt 16,23).

O exemplo da Igreja primitiva para a solução de tais questões

A questão de se também mulheres são capazes de, na Igreja, receber o sacerdócio ministerial por meio da ordenação assemelha-se fortemente a outra questão com a qual já a Igreja primitiva havia de deparar-se. Diz-se em Atos dos Apóstolos: “Aqueles que haviam sido dispersos desde a tribulação que sobreviera por causa de Estêvão, espalharam-se até a Fenícia, Chipre e Antioquia, não anunciando a ninguém a Palavra, senão somente a judeus. Havia entre eles, porém, alguns cipriotas e cireneus. Estes, chegando a Antioquia, falaram também aos gregos, anunciando-lhes a Boa Nova do Senhor Jesus” (At 11,19-20). Ao que parece, aqueles não achavam necessário pedir permissão à liderança eclesial para a pregação aos gentios. Essa notícia, porém, causou espanto em Jerusalém.

De modo semelhante, espantava-se antes quando até Pedro mesmo batizou o gentio Cornélio: “Assim, quando Pedro subiu a Jerusalém, começaram a discutir com ele os que eram da circuncisão, dizendo: ‘Entraste em casa de incircuncisos e comeste com eles!’” (At 11,2-3). Pedro defendeu-se indicando: “Ora, apenas começara eu a falar, desceu o Espírito Santo sobre eles, assim como sobre nós no princípio. [...] Portanto, se Deus lhes concedeu o mesmo dom que a nós, que chegamos a crer no Senhor Jesus Cristo, quem seria eu para poder impedir a Deus de agir?” (At 11,15-17). Uma solução correspondente deu-se para Antioquia. Quando Barnabé, tendo sido enviado para lá de Jerusalém, “chegou, e viu a graça que vinha de Deus, alegrou-se. E exortava a todos a permanecerem fiéis ao Senhor com prontidão de coração. Pois era homem bom, repleto do Espírito Santo e de fé” (At 11,23-24).

A Igreja católica reconhece que também cristãos de outras confissões crêem em Jesus Cristo (cf. UR 3,15). Noutro lugar, ela explica

⁵ Concílio Vaticano II,

que a totalidade dos fiéis não pode errar na fé (LG 12,1). Lendo os dois em conjunto, há de presumir-se que a uma Igreja de Cristo se faça presente em todas as comunidades de fé, nas quais se crê em Jesus Cristo como o Filho de Deus. A fé em Jesus Cristo sempre é uma e a mesma, onde quer que exista. Apenas as linguagens da fé são diferentes (para as quais, infelizmente, ainda faltam intérpretes competentes). Onde algumas Igrejas parecem desmentir explicitamente aquilo que outras Igrejas ensinam, há de contar-se com a possibilidade de que o rejeitado por um lado não é, na realidade, exatamente aquilo que o outro lado quer dizer. Com razão, apenas rejeitam-se mal-entendidos.

A separação de cristãos, que ainda continua a existir, há de ser reconduzida, antes de tudo, ao fato de que se considera a fé como um todo composto de muitas partes singulares ao invés de perceber e reconhecer sua unidade intrínseca. Como exemplo seja referido à objeção, feita no contexto da discussão sobre a doutrina da justificação (que a medida do amor de Deus por nós é o próprio Jesus Cristo e não alguma qualidade criada), de que essa doutrina haveria de ser enquadrada no critério mais abrangente do “credo no Deus triúno, voltado a Cristo como o centro e enraizado na Igreja viva e de sua vida sacramental”, enquanto não é outra coisa senão justamente esse credo noutras palavras. Não pode haver critérios adicionais para a doutrina da justificação retamente entendida.

Portanto, há outras Igrejas cristãs, nas quais a uma Igreja de Cristo se faz verdadeiramente presente, tal como na Igreja católico-romana; por isso, a Igreja católico-romana reconhece que o Espírito Santo “não recusa servir-se” também dessas demais Igrejas “como meios de salvação” (UR 3,4). Nessas Igrejas tem-se feito uma experiência parecida com aquela que em Atos dos Apóstolos foi decisiva para Barnabé. Também em celebrações presididas por mulheres, todos são realmente fortalecidos na fé enquanto realmente a fé como nosso participar da relação de Jesus com Deus seja proclamada.

Com referência a At 11,17 poder-se-ia perguntar: quem quer responder por impedir a Deus? De que conversão antecedente também de Pedro necessita-se, particularmente de acordo com Lc 22,32, para fortalecer realmente os irmãos de novo?

A Tradição normativa da Igreja consiste na transmissão da fé na autocomunicação de Deus na palavra e no sacramento como sinal da palavra acolhida. No entanto, nem na Escritura nem na Tradição da Igreja há um fundamento seguro para renunciar a mulheres o acesso ao

ministério ordenado na Igreja. Querer substituir tal fundamento por uma ameaça de sanção causaria dano grave à Igreja.

**Prof. Dr. Peter Knauer, SJ*

Prof. Ms. Michael Kosubek

Responsável pela tradução

Mestre em Teologia pela Faculdade de Jesuíta de Teologia e Filosofia- BH

Professor da Faculdade Católica de Fortaleza-FCF